

361

Revista Portuguesa
de História

Homenagem aos Professores
Luís Ferrand de Almeida
António de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 0304

Revista Portuguesa de Historia
t. XXXVI (2002-2003)
pp. 241-265 (vol. 1)

A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: O caso da catedral de Lamego

ANÍSIO MIGUEL DE SOUSA SARAIVA
Bolseiro de Doutoramento da FCT

Portugal, no findar do século XII, era uma realidade política que visava impor-se como país independente, através da afirmação da sua identidade e da construção de um território soberano. Essa tarefa iniciou-se um século antes com os condes portugalenses, D. Henrique e D. Teresa, senhores das cidades de Braga e Coimbra e de outros núcleos populacionais, embora de menor dimensão, como Guimarães, Porto, Lamego e Viseu* ¹. A sul destas localidades

* Este texto, mais reduzido e em inglês, foi apresentado a 11 de Julho de 2001, em Leeds, na sessão *Cathédral and City in Southern Europe I: Canonical topography in the Iberian Peninsula*, realizada no âmbito do *International Medieval Congress (Familia and Domus)*, tendo sido entregue para publicação na colectânea *Catedral y ciudad en la Península Ibérica durante la Edad Media* (Murcia, 2003). Esta participação recebeu o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, a quem expressamos o nosso agradecimento. Por fim, uma palavra de homenagem ao Senhor Professor Doutor Antonio de Oliveira, nosso professor de História Moderna de Portugal, no ano lectivo 1992-93.

¹ Sobre o período condal vid. as sínteses mais recentes de A. H. MARQUES, “A constituição de um condado”, in *Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325)*, vol. III da *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1996, pp. 11-23; e de J. MATTOSO, “Dois séculos de vicissitudes políticas”, in *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, vol. II da *História de Portugal*, Lisboa, 1992, pp. 23-64.

situava-se a fronteira e o território muçulmano, que incluía cidades de grande dinamismo como Santarém, Lisboa, Évora, Beja, Silves e Faro, ou seja, pólos de incontornável importância estratégica e comercial, que viriam a ser definitivamente conquistados e incorporados na rede urbana medieval portuguesa, por Afonso Henriques, Sancho I, Sancho II e Afonso III, num processo militar complexo que se estendeu “grosso modo” de 1147 a 1249².

Uma vez completo este processo de Reconquista e assimilados novos núcleos populacionais herdeiros da prosperidade urbana muçulmana, seria de esperar que a paisagem portuguesa sofresse, ao longo do século XIII, alterações no sentido de assumir um cariz mais vincadamente citadino. No entanto, tal não se verificou, pois, além dos centros urbanos de maior dimensão se concentrarem ao longo da faixa litoral, relegando para o interior os núcleos de menor expressão³, o campo continuou a pontuar e a condicionar todo o equilíbrio socio-económico do reino⁴.

Em consequência deste quadro, as urbes medievais portuguesas surgiam perfeitamente integradas na paisagem, algumas exibindo mesmo um perfil um tanto ruralizado. A demonstrar esta característica está o tipo de aproveitamento que era feito das pequenas parcelas de terreno anexas às casas (os quintais, cortinhais, conchousos, hortas e eixidos), bem como das áreas imediatamente próximas ao perímetro urbano, comumente ocupadas com culturas de produtos frescos, como frutas e legumes, cultivados pelos próprios habitantes, visando assim satisfazer as suas necessidades alimentares diárias⁵. A este cenário associava-

² Para uma detalhada caracterização das cidades muçulmanas que foram incorporadas no território português, vid. A. H. MARQUES, “O «Portugal» Islâmico”, in *Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista*, vol. II da *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1993, pp. 144-51; *idem*, “O campo muçulmano”, in *Portugal em Definição de Fronteiras...*, pp. 64-73; M. F. MARQUES, “A viabilização de um reino” e “As etapas de crescimento do reino”, *ibidem*, pp. 23-64; A. ANDRADE, “Fronteira e rede urbana: um aspecto da estratégia régia de consolidação do espaço do Portugal medieval”, in *4 construção medieval do território*, Lisboa, 2001, pp. 24-50; e R. V. GOMES, “A cidade muçulmana”, in *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*, II, Lisboa, 1993, pp. 27-54.

³ J. MATTOSO, “OS concelhos”, in *A Monarquia Feudal...*, pp. 207-8, ao abordar a dicotomia campo e cidade, refere-se a esta clara assimetria da nossa geografia urbana medieval.

⁴ Sobre a importância do mundo rural e os estudos que a actual historiografia portuguesa lhe tem dedicado, vid. a recente síntese de M. H. COELHO, “Balanço sobre a história rural produzida em Portugal nas últimas décadas”, in *A cidade e o campo: colectânea de estudos*, Coimbra, 2000, pp. 23-39.

⁵ A análise desta questão no contexto europeu levou J. LE GOFF, *Por amor das cidades: conversas com Jean Lebrun*, Lisboa, 1999, p. 28, a concluir que “a «desruralização» da cidade é um fenómeno do século XIX”. Para uma perspectiva alargada da paisagem portuguesa no período medieval, bem como do espaço urbano e das suas áreas envolventes, vid. I. GONÇALVES, “Entre o campo e a cidade na segunda metade do século XIV”, in *Um olhar sobre a cidade medieval*,

-se a orientação para o mundo rural dos interesses e das preocupações dos homens da cidade, na medida em que os proventos originários das suas actividades comerciais e artesanais eram vulgarmente investidos na produção agrícola, quando não mesmo na dinamização do mercado da propriedade, através da aquisição do bem mais precioso da economia medieval, a terra.

Não obstante esta forte matriz rural e as assimetrias urbanas existentes entre o litoral e o interior do reino, as cidades e vilas portuguesas medievais afiguram-se, no seu conjunto, como espaços dinâmicos⁶, na sua grande maioria vigiados por um castelo e protegidos por um pano de muralha⁷, cujas portas, além de permitirem o acesso ao exterior, davam comunicação para os denominados arrabaldes. Estes bairros, situados extramuros, quase sempre em zonas mais baixas, eram o resultado natural do crescimento urbano. Constituíam, por isso, uma importante extensão do tecido citadino, formando núcleos por excelência de concentração da actividade artesanal e mercantil, onde imperavam as oficinas de todo o tipo de mesteres, como os sapateiros, seleiros, ferreiros, oleiros, peliteiros, alfaiates e tintureiros, a par dos açougues dos carneiros, das tendas dos bufarinheiros e mercadores⁸.

Cascais, 1996, pp. 221 -45; e S. GOMES, “Mundo Rural e Mundo Urbano”, in *Portugal em Definição de Fronteiras...*, pp. 386-99.

⁶ A. H. MARQUES, “O surto urbano, a moeda e os preços”, in *Portugal na Crise dos Séculos XIVeXV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, Lisboa, 1987, pp. 193-8. O elenco exaustivo das mais recentes monografias dedicadas à nossa história urbana é-nos apresentado por M. H. COELHO, ob. cit., pp. 30-1.

⁷ Como refere J. GASPAS, “A cidade portuguesa na Idade Média: aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional”, in *La Ciudad Hispanica durante los siglos XIII al XVI*, I, Madrid, 1982, pp. 133-4, a configuração da cidade medieval portuguesa, sendo credora das concepções urbanísticas romanas e muçulmanas, oferece como tipologia mais usual aquela composta por “um núcleo original, fortificado, a alcáçova (alcácer ou cidadela), no interior da qual existia o castelo”. Este sector de cariz defensivo e senhorial, por isso situado numa elevação, relacionava-se com o resto da cidade (a almedina muçulmana), que poderia também estar amuralhada, como são disso exemplo Ponte de Lima, Guimarães, Coimbra, Santarém, Lisboa, Évora e Beja, entre outras. Vid. ainda a propósito dos modelos topográficos das nossas cidades, assim como do respectivo processo de amuralhamento, A. H. MARQUES, ob. cit., pp. 182,187-90; I. GONÇALVES, ob. cit., pp. 235-6; e J. GASPAS, ob. cit., pp. 146-7.

⁸ J. GASPAS, ob. cit., pp. 134-6, sublinha que este alargamento da cidade para os arrabaldes é um fenómeno pós-Reconquista, de meados do século XIII, embora cidades como Coimbra e Lisboa, mesmo antes da Reconquista, já assinalassem focos de expansão extramuros. Os arrabaldes eram, por sua vez, locais matizados por diferentes características físicas, funcionais, sociais e raciais, como demonstram, por um lado, o arruamento dos officios de acordo com as suas especificidades funcionais e, por outro, a existência de mourarias e judiarias. A propósito da caracterização dos arrabaldes veja-se, além da bibliografia já citada, o caso concreto estudado por I. GONÇALVES, “Para o estudo da área de influência do Porto nos fins do século XIV”, in *Um olhar sobre a cidade...*, pp. 139-52.

Na convergência destes espaços, mercê de uma topografia normalmente acidentada, prevalecia uma sinuosa teia de ruas, becos e vielas, ramificados a partir de um ou dois eixos viários estruturantes, os quais atravessavam toda a área urbana, unindo as principais portas e dando acesso a locais privilegiados da sociabilidade cidadina, como os rossios, as praças e os largos, geralmente vizinhos de um edifício municipal ou de um importante templo religioso, como a igreja da paróquia ou a Sé catedral⁹. O arruamento dos ofícios era, por outro lado, uma prática comum; além de permitir o controle da qualidade da produção e a consequente venda dos produtos, expressava as solidariedades artificiais típicas do meio citadino, também frequentemente materializadas em estabelecimentos de assistência como hospitais, albergarias e confrarias, quase sempre também afectas a uma qualquer igreja da devoção¹⁰. Os bairros ou zonas consideradas “marginais”, como as mourarias, judiarias e as mancebias ou “putarias”, constituíam, de igual modo, uma presença obrigatória nas nossas principais urbes, pese embora as mourarias se circunscreverem às cidades meridionais (por exemplo: Santarém, Lisboa, Évora, Moura, Eivas e Silves)¹¹, ao contrário das judiarias, mais comuns no norte do país¹². Presentes, outrossim, um pouco por todos os

⁹ M. Â. BEIRANTE, “Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora”, in *A Cidade. Jornadas inter epluridisciplinares*, II, Lisboa, 1993, pp. 65-79. J. GASPAS, ob. cit., p. 134, chama a atenção para o facto de, em muitos casos, os eixos viários de comando se resumirem a um só eixo com origem num caminho pré-urbano que corta a cidade e se prolonga já como caminho rural. A ilustrar isso mesmo, repare-se, entre os mais elucidativos, nos exemplos da rua Direita de Chaves, Aveiro, Leiria e Óbidos, bem como da rua Nova e do Souto em Braga e das ruas Sapateira, dos Mercadores e de Santa Maria, em Guimarães, *Atlas das cidades medievais portuguesas (séculos XII-XV)*, I, Lisboa, 1990.

¹⁰ Como trabalho de síntese sobre estas instituições, vid. M. H. COELHO, “As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedades na vida e na morte”, in *Confradias, gremios, solidariedades en la Europa Medieval*, Estella, 1993, pp. 1149-83. No tocante à inserção urbana destas obras assistenciais, vid. B. SOUSA, *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, 1990; A. BARROS, *A confraria de São Pedro de Miragaia do Porto no século XV*, Porto, 1991; A. SARAIVA, “A propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra nos finais da Idade Média”, sep. de *Revista de Ciências Históricas*, 10 (1995); e L. MATA, *Ser, ter e poder: o hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*, Leiria, 2000, pp. 63-84.

¹¹ Com particular incidência para as localidades a Sul do Tejo, segundo S. GOMES, “Grupos étnico-religiosos e estrangeiros”, in *Portugal em Definição de Fronteiras...*, pp. 330-6. Vid. ainda J. CHORÃO, “Islão e cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa”, in *Formação e limites da cristandade*, vol. I da *Historia Religiosa de Portugal*, Lisboa, 2000, pp. 102-16; e S. GOMES, “A mouraria de Leiria: problemas sobre a presença moura no centro do país”, *Estudos Orientais*, 2 (1991), pp. 155-77.

¹² Embora também existissem no sul do país, a sua concentração era mais significativa no interior beirão e ñas localidades de fronteira. Em cidades como Viseu e Lamego a presença judaica faz-se registar mais tardiamente, segundo M. F. TAVARES, “O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo”, in *Formação e Limites da Cristandade...*, pp. 53-89; e S. GOMES, “Grupos

aglomerados populacionais, estavam as gafarias, reduto de acolhimento de leprosos, cujo afastamento do perímetro urbano era exigido pelo estigma da doença.

No tocante ao espaço habitacional, pontuava a denominada “casa corrente”, caracterizada entre nós como uma habitação térrea, no máximo sobradada com um piso, exibindo pontualmente alpendres, escadas, sacadas, balcões e passadiços. De um modo geral era exígua e de construção frágil, de madeira, adobe ou pedra, com cobertura de telha ou mesmo de colmo e palha¹³. Apesar destas construções simples e funcionais serem dominantes, não raras eram as vezes em que coexistiam lado a lado com edifícios de boa construção, mais ou menos ornamentados, de acordo com o estatuto e a projecção desejada pelo seu proprietário, por certo um qualquer nobre, eclesiástico ou burguês.

Mas, de entre os edifícios que marcavam verdadeiramente a paisagem urbana portuguesa, além do castelo ou paço real¹⁴ e de uma ou outra construção mais proeminente, estavam os equipamentos religiosos monásticos e seculares, ou seja, os mosteiros de franciscanos, dominicanos ou de cónegos regrantes de Santo Agostinho¹⁵, as igrejas paroquiais, em algumas localidades as igrejas colegiadas, e, em nove cidades portuguesas, as respectivas sés catedrais.

étnico-religiosos...”, pp. 347-71. Em contraponto com as mourarias, que ocupavam espaços fechados e áreas menos privilegiadas das cidades, as judiarias eram abertas e estavam, em geral, instaladas nas imediações, se não mesmo, em locais estratégicos de circulação e de comércio, vid. também J. GASPAS, ob. cit., pp. 136-8; e M. F. TAVARES, “Pobres, minorias e marginais: localização no espaço urbano”, in ⁴*Cidade. Jornadas inter epluridisciplinares*, I, Lisboa, 1993, pp. 141-53. Quanto à existência de mancebias no contexto urbanístico nacional e ibérico, entendida neste último domínio como consequência de uma política de municipalização da actividade da prostituição, vid. M. Â. BEIRANTE, “As mancebias nas cidades medievais portuguesas”, in *Colóquio A Mulher na sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, I, Coimbra, 1986, pp. 221-42; e A. MOLINA MOLINA, *Mujeres públicas, mujeres secretas: la prostitución y su mundo: siglos XIII-XVII*, Murcia, 1998, pp. 77-97.

¹³ Vid. L. TRINDADE, *A casa còrente em Coimbra...*, Coimbra, 2002, pp. 31-111; M. S. CONDE, “Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal, nos fins da Idade Média”, *Arqueologia Medieval*, 5 (1997), pp. 243-65; M. F. FERREIRA, *Uma rua de elite na Guimarães medieval: 1376-1520*, Guimarães, 1989, pp. 217-36; *idem*, “Habitação popular urbana, no norte de Portugal medievo: uma tipologia? ou um modo de construir?”, *Cadernos do Noroeste*, 15, (2001), pp. 381-432. I. GONÇALVES, “Entre o campo e a cidade...”, pp. 241-2; e A. H. MARQUES, “A casa”, in *A Sociedade medieval portuguesa*, Lisboa, 1987, pp. 63-86.

¹⁴ Até meados do século XIII, os paços reais de Coimbra, Guimarães e Santarém eram os preferidos dos nossos monarcas, a que se acrescentaram a partir da centúria seguinte os de Leiria, Lisboa, Sintra e Évora, não obstante existirem outros de mais modesta dimensão, A. H. MARQUES, ob. cit., pp. 67-71.

¹⁵ Sobre a presença destas instituições monásticas no mundo urbano português medieval, veja-se, por exemplo, M. H. COELHO e J. C. MATOS, “O convento velho de S. Domingos de Coimbra: contributo para a sua história”, sep. de *Arquivo Histórico Dominicano Português*, 3 (1986); S. GOMES, “O Convento de S. Francisco de Leiria na Idade Média”, sep. de *Itinerarium*, 40

Com efeito, a justificar a sua categoria de “cidade” e, por certo, a condicionar positivamente a morfologia e o envolvimento urbano das principais urbes portuguesas medievais, está o facto de serem sedes diocesanas. Sedes de poder político e religioso, onde a existência de uma catedral e do respectivo aparelho eclesiástico exerceu um considerável poder de atracção e determinou o seu posicionamento no contexto urbano do país*¹⁶. Referimo-nos, numa primeira linha, às cidades episcopais de Lisboa, Évora, Coimbra, Braga e Porto, dinamizadoras do eixo estratégico de circulação do litoral, e, num segundo plano, às do interior como Lamego, Viseu, Guarda e Silves, que, pese embora a posição de relevo no contexto da geografia diocesana do reino, eram cidades de menor projecção do que algumas vilas, como Guimarães e Santarém, núcleos de uma forte dinâmica demográfica e comercial, de certo modo satélites, respectivamente, de Braga e Lisboa¹⁷.

Esta hierarquização das nossas sedes episcopais permite-nos ainda perceber que no elenco das mais importantes figuram não só aquelas que foram primeiro restauradas - Braga (1071), Coimbra (1080) e Porto (1112/1114) - e, por conseguinte, mais tempo estiveram sob domínio cristão, mas também as edificadas nas principais urbes muçulmanas, ou seja, Lisboa e Évora, a primeira restaurada em 1147 e a segunda por volta de 1166¹⁸. No entanto, este protagonismo não se circunscrevia apenas aos núcleos urbanos de inserção; estas catedrais tutelavam, consequentemente, os territórios diocesanos que maiores rendimentos ofereciam no conjunto das dioceses do reino¹⁹. Na rectaguarda desta geografia urbana e

(1994); *idem*, “As ordens mendicantes na Coimbra medieval: notas e documentos”, sep. de *Lusitania Sacra*, 10 (1998).

¹⁶ J. MATTOSO, “A cidade e o poder”, in *Naquele tempo: ensaios de história medieval*, vol. I de *Obras Completas*, [Rio de Mouro], 2000, p. 447, chama a atenção para o facto das sedes diocesanas constituírem importantes motores de atracção, mormente no caso das cidades onde o poder eclesiástico detinha prerrogativas senhoriais, como por exemplo Braga, Porto, Lamego e Viseu.

¹⁷ A. H. MARQUES, “O surto urbano...”, pp. 181-7. Sobre Guimarães e Évora vid. M. F. FERREIRA, ob. cit.; e M. Â. BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, Lisboa, 1995.

¹⁸ Sobre o processo de restauração das dioceses: A. J. COSTA, *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*, I, Braga, 1997; J. MARQUES, “Braga, Arquidiocese de”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, I, Lisboa, 2000, pp. 221-53; A. RAMOS, “Coimbra, Diocese de”, *idem*, I, pp. 387-98; M. CLEMENTE, “Lisboa, Diocese e patriarcado de”, *idem*, III, pp. 93-113; H. VILAR, *As dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, 1999, pp. 21-6; e M. F. MARQUES, “Organização administrativa do clero secular”, in *Portugal em Definição de Fronteiras...*, pp. 225-30.

¹⁹ Pelo arrolamento das igrejas e de outras instituições religiosas, organizado por bispados, feito entre 1320 e 1321 a propósito da concessão das décimas ao rei D. Dinis, ficamos a saber que entre as dioceses mais rendosas e por ordem decrescente estava a arquidiocese de Braga, seguida das dioceses de Lisboa, Coimbra, Évora e Porto, vid. “Catálogo de todas as igrejas,

eclesiástica estavam, como já referimos, Lamego e Viseu, restauradas por volta de 1147, Guarda, a partir de 1199, e por último Silves, em 1252, três anos após a sua conquista definitiva*²⁰.

Mas mais do que aferirmos sobre a sua posição no conjunto urbano nacional, importa conhecer de que modo é que a existência de uma igreja catedral determinou, de facto, a paisagem destas cidades. Problemática cuja análise detalhada e comparada se encontra ainda por fazer entre nós, dependente que está da realização de trabalhos monográficos, quer sobre as estruturas episcopais e canónicas em si (embora neste campo já se apontem trabalhos para Braga, Évora e Lamego)²¹, quer sobre a inserção patrimonial destas instituições, mormente no que ao tecido urbano das respectivas cidades diz respeito²². Estamos, na verdade, a referir-nos a uma abordagem essencialmente documental, embora estejamos conscientes que a ela se deverá associar todo um trabalho multidisciplinar, em interligação

comendas e mosteiros...”, publ. F. ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, IV, Porto, 1971, pp. 90-144.

²⁰ M. G. COSTA, *História do bispado e cidade de Lamego*, I, Lamego, 1977, pp. 90-4; J. GOMES, “Guarda, Diocese da”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, II, pp. 309-18; e M. F. MARQUES, ob. cit., pp. 225-30. Atente-se ainda à cartografia das dioceses medievais em A. H. MARQUES, “A Igreja e o Culto”, in *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 366; e B. S. NOGUEIRA, “O espaço eclesiástico em território português (1096-1415)”, in *Formação e Limites da Cristandade*, pp. 142-201.

²¹ Para Braga, vid. A. J. COSTA, ob. cit.; J. MARQUES, *A arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, 1988; M. C. CUNHA, *A chancelaria arquiépiscopal de Braga: 1071-1244*, Porto, 1998; M. COSTA, *O cabido de Braga na segunda metade da centúria de Duzentos (1245-1278)*, Braga, 2000; M. LIMA, *O cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*, Cascais, 2003 e J. RIBEIRO, *A instituição capitular bracarense no século XIV (1325-1374)*, Braga, 1998. Para Évora e Lamego: H. VILAR, *AS dimensões...*, Lisboa, 1999; e A. SARAIVA, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV: 1296-1349*, 2 vols., Coimbra, 2000.

²² Questão amplamente desenvolvida por A. M. COSTA, “A propriedade e o poder no espaço urbano quatrocentista”, in *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, 2001, pp. 23-36. Apesar de se registarem já alguns estudos sobre o património e o domínio do espaço urbano das Sés do Porto, Guarda e, principalmente, das Sés de Évora e Braga: L. M. DUARTE e L. AMARAL, “Prazos do século e prazos de Deus: os aforamentos na câmara e no cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 1 (1984), pp. 97-134; R. C. GOMES, *A Guarda medieval*, Lisboa 1988; M. Â. BEIRANTE, *Évora...*, pp. 60-75 e 228-71 ; J. MARQUES, *Braga nos finais da Idade média: subsídios para o seu estudo*, Braga, 1983; *idem*, *A arquidiocese...*, Lisboa, 1988; A. BARROS, *A aquisição e gestão de bens pelo cabido de Braga na primeira metade da centúria de Trezentos (1300-1350)*, Braga, 1998; C. CARVALHO, *O património do cabido da Sé de Braga nos finais do século XIV*, Braga 1998; M. C. FERREIRA, *Os bens, direitos e rendimentos do cabido da Sé de Braga: 1393-1403-04*, Braga 2000; este campo de trabalho, no que às instituições religiosas seculares diz respeito, tem vindo a centrar-se praticamente nas igrejas colegiadas, vid. o elenco bibliográfico apresentado por M. H. COELHO, “Balanço...”, pp. 31-2.

com outras áreas de investigação, como por exemplo a arqueologia, o urbanismo e a história da arte²³.

Do conjunto assinalado das nossas cidades episcopais, centremos a nossa atenção no caso de Lamego e da sua igreja catedral, sobre a qual têm incidido as nossas investigações. Aqui, tal como para outras sedes diocesanas congêneres²⁴, pouco se sabe de um modo consistente sobre a inserção da Sé no tecido urbano e a forma como esta condicionou a organização dos espaços e a morfologia citadina no seu todo. Importa, por isso, a partir da identificação e localização do equipamento episcopal e capitular, bem como da sua intervenção no mercado da propriedade, perceber como a catedral de Lamego dominava e dinamizava o espaço urbano envolvente. Por exemplo, através da identificação de áreas onde, mercê de condicionamentos vários, fazia incidir a sua influência, nomeadamente, ao escolhê-las para residência da sua clerezia e como alvos privilegiados para a concentração do seu património. A partir deste conjunto de informações julgamos, por fim, ser possível ter uma aproximação do que seria e como se organizava a tessitura urbana da Lamego medieval, com a sua rede viária e a respectiva toponímia, com os seus principais polos de atracção, onde, com certeza, se incluía a Sé catedral.

Beneficiada pela proximidade estratégica face ao rio Douro e à rede hidrográfica de alguns dos seus afluentes, como os rios Balsemão e Varosa, e resguardada por um favorável enquadramento territorial, Lamego viria, desde muito cedo, a crescer e a destacar-se graças a esta positiva concertação de factores naturais e humanos, que lhe permitiram, por seu turno, conquistar uma posição de relevo durante os domínios romano, suevo, visigodo e árabe²⁵.

Na verdade, Lamego, escudada na sua cidadela fortificada, construída no cimo da colina, onde a cidade se inicia e organiza, impôs-se na região como uma referência militar e defensiva, mas também como um importante elo de comunicação entre o norte e o sul do noroeste peninsular. Situação sobremaneira

²³ Como demonstram, entre outros, P. FERNANDES, *A mesquita-catedral de Idanha-a-Velha*, Lisboa, 2001 ; e E. CARRERO SANTAMARÍA em “Restauración monumental y opinión pública: Vicente Lampérez en los claustros de la catedral de Burgos”, sep. de *LOCVS AMENVS*, 3 (1997); e em “Las ciudades episcopales del Reino de Galicia: los restos del claustro medieval de Santiago de Compostela”, sep. de *Religion and Belief in Medieval Europe*, Zellik, 1997.

²⁴ Excepto os casos mencionados das Sés de Braga, Porto e Evora, vid. nota 22.

²⁵ M. Fernandes, *Summaria recapitula.m da antiguidade da Sé de Lamego, bispos & cristandade delia; & da sua nobreza*, ed. facs., Rio de Janeiro, 1981; J. AZEVEDO, *Historia eclesiástica da cidade e bispado de Lamego*, Porto, 1877, pp. 9, 19-22; M. G. COSTA, ob. cit., I, pp. 43-52; e *Portugal das Origens à Romanização*, coord. J. ALARCÃO, vol. I da *Nova Historia de Portugal*, Lisboa, 1990.

valorizada pela administração romana, ao incluir o burgo lamecense na rede viária que estabelecia a circulação de gentes e mercadorias entre as cidades de Mérida e Astorga, através de Chaves, rede esta que, como se sabe, permaneceu no essencial ao longo de todo o período da Idade Média²⁶.

O estatuto de cidade episcopal é ganho no século VI, durante o domínio suevo, cronologia que faz com que Lamego se inclua no rol das mais antigas urbes diocesanas da península ibérica²⁷. Porém esta categoria, mantida pela subsequente ocupação visigótica, não sobreviveu ao desmoronamento deste reino. Com a invasão árabe, nos inícios do século VIII, Lamego conheceu um profundo abalo na sua condição de cidade e de sede diocesana até à sua reconquista definitiva em 1057, por Fernando I de Leão e Castela. Isto porque, até esta data, ou seja, meados do século XI, o território lamecense integrou a faixa fronteiriça de movimentação das forças cristãs e muçulmanas, sofrendo as vicissitudes dos sucessivos avanços e recuos militares, de que o abandono dos representantes do poder administrativo e eclesiástico acabou por ser a consequência mais evidente²⁸.

Pouco depois de reconquistada, e já com a linha de fronteira estabelecida a sul na linha do Mondego, consideraram-se reunidas as condições para se reorganizar o território, procedendo-se em 1071 à restauração diocesana de Lamego, decisão cujos efeitos práticos se fizeram sentir por pouco tempo, dado que, juntamente com a vizinha Sé de Viseu, acabou por estar cerca de um século sob administração da diocese de Coimbra, até 1147. Com efeito, este ano corresponde ao momento em que Afonso Henriques, na sequência de uma forte ofensiva militar a sul sobre a linha do Tejo, procedeu a norte à restauração em definitivo da autonomia dos territórios eclesiásticos de Viseu e de Lamego, assim como do respectivo estatuto de sedes diocesanas²⁹.

A partir deste momento a catedral de Lamego, situada fora da cerca do Castelo, na igreja de S. Sebastião, cuja comunidade clerical vivia subordinada à regra de Santo Agostinho, ganha um impulso definitivo no sentido da

²⁶ Ligando, por sua vez, as cidades episcopais da Guarda e Viseu às urbes do norte, como Guimarães e Braga, Chaves e Bragança. Vid. A. H. MARQUES, “A circulação e a troca de produtos”, in *Portugal em Definição de Fronteiras*, pp. 487-93; *idem*, “A circulação e a distribuição dos produtos”, in *Portugal na Crise dos Séculos XIVe XV*, pp. 123-30.

²⁷ Como refere J. MARQUES, “Las diócesis portuguesas hasta 1150”, in *El papado, la Iglesia leonesa y la basílica de Santiago a finales del siglo Xf* Compostela, 1999, p. 189 e ss., o terceiro quartel do século VI viu nascer a matriz da organização diocesana medieval das designadas dióceses “portuguesas”, entre elas as, dióceses do Porto, Viseu, Coimbra, Lamego e Idanha.

²⁸ A. SARAIVA, *A Sé de Lamego...*, I, pp. 9-10, nota 4.

²⁹ *Idem, ibidem*, pp. 10-1.

afirmação e consolidação das suas funções eclesiásticas e administrativas, no contexto da diocese. Neste processo foi determinante, não só a intervenção do primeiro bispo, D. Mendo (1147-1176), ao pôr termo à vida comunitária com a constituição na catedral de dois corpos funcionais distintos, a mitra e o cabido, mas também o apoio permanente dos monarcas portugueses.

Efectivamente, desde a restauração efectiva até finais do século XIII, a igreja lamecense, à semelhança das demais catedrais, beneficiou de uma conjuntura caracterizada pela dotação régia e pelo gradual enriquecimento do seu suporte económico, traduzido na acumulação de bens fundiários, direitos e jurisdições, quer através de doações régias e particulares, quer da simples aquisição patrimonial³⁰. Um dos marcos mais significativos desta conjuntura ocorreu ainda nos finais do século XII, em 1191, durante o reinado de Sancho I, quando este monarca coutou à catedral parte da cidade e do termo de Lamego. Por este diploma, os bispos e o cabido passaram a exercer o domínio senhorial sobre uma importante área da zona envolvente do Castelo, que tinha a Sé como polo ordenador³¹, condicionando para sempre a morfologia urbana e a história de Lamego, uma cidade que, a partir daqui, ficava a ser governada por dois poderes e duas jurisdições: a concelhia, no Burgo, e a eclesiástica, no Couto³² (fig. 1).

Na verdade, a formação do Couto da Sé veio acrescentar mais um núcleo de desenvolvimento urbano aos outros dois já existentes na cidade, todos com características distintas entre si, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista funcional³³. Consistia esta polarização no núcleo amuralhado - o Castelo - que ocupava uma posição central, irradiando para norte o arrabalde comercial, divisado pela rua da Seara, a praça da cidade e a colegiada de Santa Maria de Almacave, e para sul, no Couto em tomo da catedral, devidamente delimitado do espaço concelhio pela ribeira de Coura e pelo rio Balsemão, que atravessavam a urbe (fig. 2). Lamego apresentava-se desta forma, e como muito bem concluiu Jorge Gaspar, como exemplo paradigmático de uma cidade formada pela aglutinação de diferentes núcleos: da “cidade-fortaleza”, da “cidade-burguesa” e da “cidade-bispado”; fenómeno que, ainda segundo este Autor, havia sido

³⁰ *Idem, ibidem*, pp. 11-3.

³¹ Tal como em Lamego, o primitivo núcleo catedralício da Guarda também se situava extramuros, não exercendo todavia prerrogativas senhoriais, vid. R. C. GOMES, *A Guarda...*, p. 82.

³² Sobre este diploma e as delimitações do couto, vid. A. SARAIVA, *ob. cit.*, I, pp. 12-3, nota 12; e A. COSTA, *Diccionario Chorographico de Portugal*, VII, Vila do Conde, 1940, p. 287.

³³ A propósito da trilogia funcional: defesa, religião e comércio como pilares estruturantes da formação urbana medieval no contexto peninsular, vid. F. BENITO MARTÍN, *La formación de la ciudad medieval: la red urbana en Castilla y León*, Valladolid, 2000, pp. 225-58.

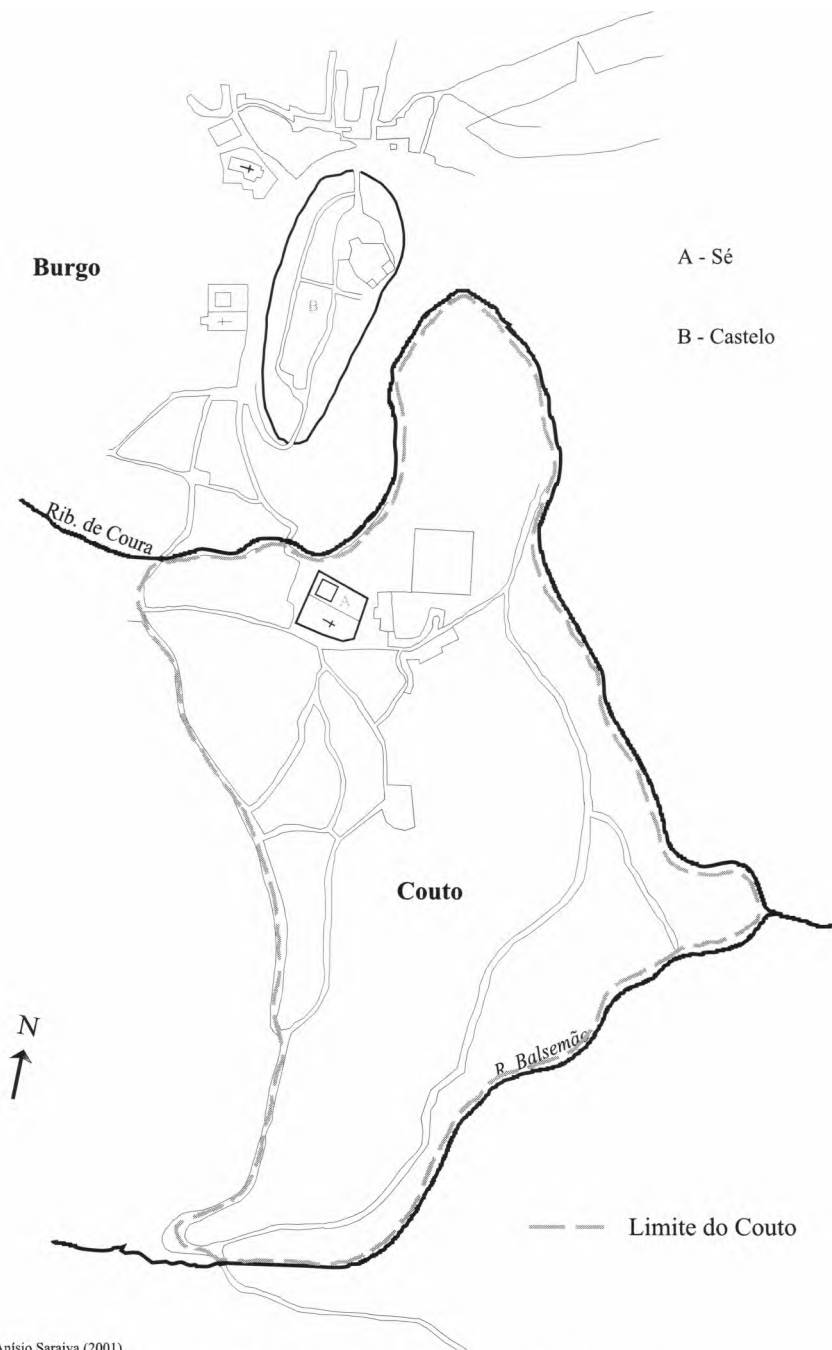


Fig. 1 - Delimitação do Couto da Catedral

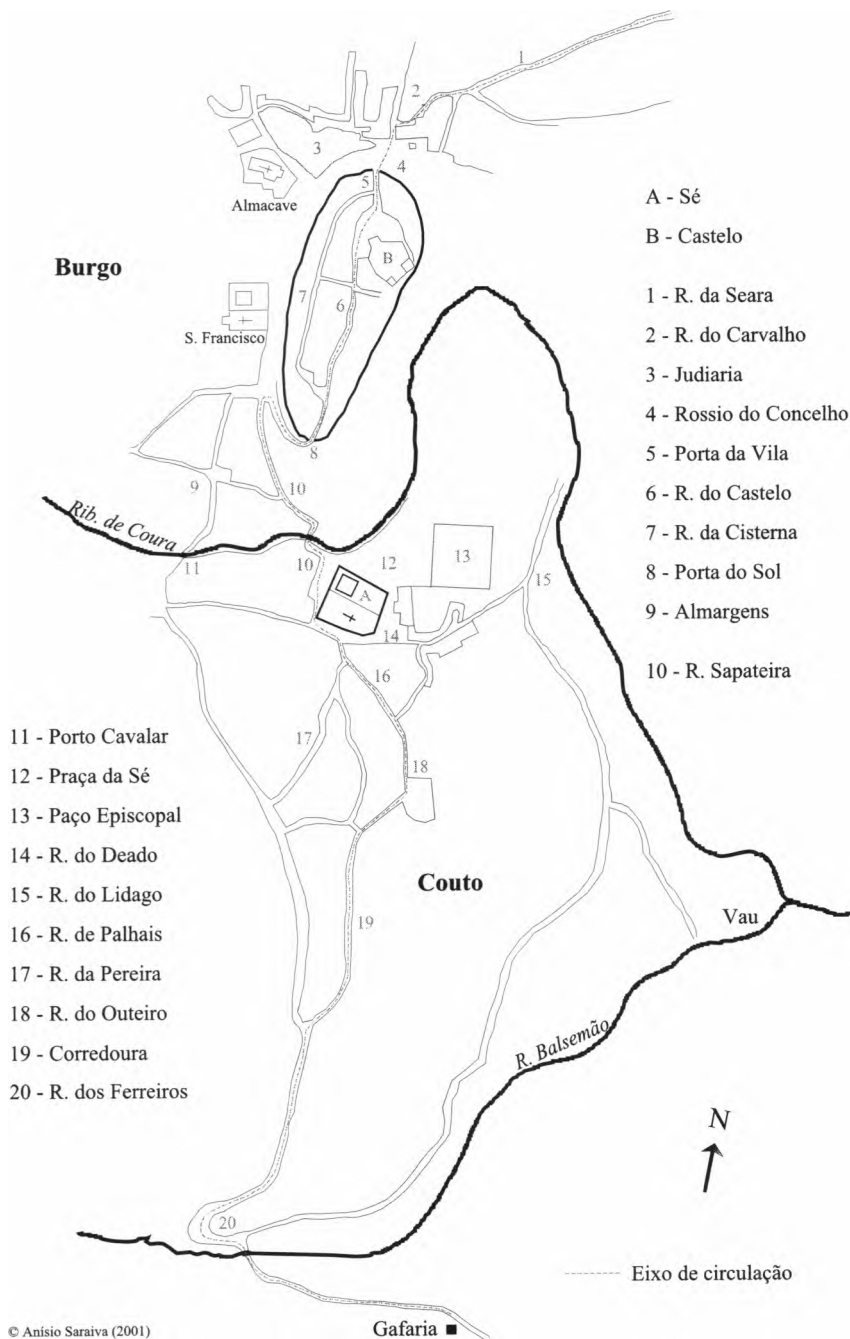


Fig. 2 - Planta Medieval de Lamego

comum a outros centros urbanos do centro-norte do país, como Viseu e Guimarães, onde mais se fizeram sentir as interrupções da vida urbana, por ausência de uma ocupação muçulmana prolongada e permanente³⁴.

Mas estes três polos que formavam a Lamego medieval, por mais características que os individualizassem, não se encontravam dissociados, comunicavam entre si e imprimiam a necessária coerência formal ao espaço citadino. Espaço que, em função desta polarização e da topografia acidentada do terreno, apresentava uma configuração longitudinal, no sentido norte-sul, organizado em tomo do caminho que de norte tinha início na ma da Seara, atravessava o Castelo, descia pela ma da Porta do Sol e pela ma Sapateira (que atravessava a ribeira de Coura e se prolongava para o Couto), passava diante da Sé, continuando daí sempre para sul pelas mas do Outeiro e da Corredoura até à ponte do rio Balsemão (fig. 2).

Era este trajecto o principal eixo de circulação da cidade³⁵, o mesmo que, como não seria de estranhar, conduzia o caminhante até aos edifícios que mais marcavam a paisagem, o Castelo e a Catedral. Mas se o primeiro ainda hoje persiste na sua traça original, o mesmo já não podemos dizer quanto ao edifício românico da Sé, construído aquando da restauração da diocese, no tempo de Afonso Henriques. Intervenções efectuadas no conjunto catedralício ao longo das centúrias seguintes, mormente as levadas a cabo nos séculos XVI e XVIII, visando sempre ampliá-lo e enobrecê-lo, alteraram por completo a sua arquitectura original³⁶. Da construção dos finais do século XII restou apenas a torre sineira, a qual mesmo assim não escapou a acrescentos posteriores³⁷.

³⁴ J. GASPAR, “A cidade portuguesa...”, pp. 139-40. Viseu tinha dois pólos de estruturação, a cidade alta, onde se situava a catedral e a cidade baixa o arrabalde urbano (A. GIRÃO, *Viseu: estudo de uma aglomeração urbana*, Coimbra, 1925, pp. 47-8); Guimarães incluía a “vila velha” junto do castelo e a “vila nova” formada em tomo da colegiada de Santa Maria (M. F. FERREIRA, *Guimarães: “duas vilas um só povo”. Estudo de história urbana (1250-1389)*, I, Braga, 1997, pp. 125 e ss.). Sobre a morfologia de algumas das cidades e vilas portuguesas vid. ainda S. GOMES, “Mundo Rural...”, pp. 391 e ss.

³⁵ A existência de um eixo viário como factor determinante para a génese e estruturação dos núcleos urbanos é matéria desenvolvida por F. BENITO MARTÍN, ob. cit., pp. 46-56.

³⁶ No século XVI foi alterada a fachada e o claustro, no entanto a reforma total do edifício ocorreu no século XVIII, da qual apenas escaparam a torre medieval e a fachada quinhentista (*Guia de Portugal*, V, Lisboa, 1995, pp. 647 e ss; M. G. COSTA, ob. cit., III, Lamego, 1982, pp. 315-9 e 441-55).

³⁷ A parte superior data do terceiro quartel do século XVI (*idem, ibidem*; F. MACEDO, “A arquitectura religiosa românica”, in *Portugal em Definição de Fronteiras*, pp. 701 e ss.). Ao que julgamos nesta torre terá funcionado a prisão do Couto da Sé, pelo menos a partir de 1473 (TT, Sé de Lamego, Livro de Notas, n. 169, fl. sv). Daqui em diante as cotas arquivísticas referentes ao fundo da sé de Lamego serão indicadas na forma simplificada: arquivo, série, maço e número.

Todas estas alterações parecem-nos, pois, constituir indicadores suficientes para pensarmos que a catedral medieval de Lamego, embora constituísse uma referência na paisagem urbana da cidade, não deveria ser muito imponente, tanto mais quando comparada com as sés de Braga, Porto, Coimbra, Lisboa ou Évora, devendo estar mais próxima da estrutura dos vizinhos mosteiros cistercienses de Salzedas e Tarouca ou de algumas colegiadas nortenhas como as de Guimarães e Barcelos³⁸.

Mas na falta da imagem ou de pesquisas arqueológicas, falam-nos os documentos. Por eles sabemos que no interior da igreja existiram, ao longo do período medieval, cerca de treze capelas (parte delas deveriam ser apenas altares), algumas instituídas para servirem de sepultura e sufragar a alma dos fundadores e das respectivas famílias, sendo para isso adornadas e dotadas com alguns dos seus bens³⁹. Deste modo, por entre capelas, altares, sepulturas de gente abastada da cidade e arcas tumulares de clérigos, bispos ou nobres da região (hoje desaparecidas)⁴⁰, girava todo o quotidiano religioso e distribuíam-se as restantes dependências da catedral, como a casa do Tesouro, onde eram guardados os objectos de uso litúrgico a par dos códices e das cartas avulsas de maior importância para o governo da igreja⁴¹.

³⁸ Sobre a construção das Sés e a respectiva inserção no contexto arquitectónico nacional (J. RODRIGUES, “A arquitectura românica”, in *História da arte portuguesa*, I, Lisboa, 1995, pp. 212 e ss.; e R PEREIRA, “A arquitectura: 1250-1450”, *ibidem*, I, pp. 352 e ss.).

³⁹ Referimo-nos às capelas de Sta. Marinha e S. Pedro (fundadas pelo cônego Nicolau Peres, a primeira em 1299); Sta. Maria Madalena (fundada, em 1300, pelo cônego Pedro Peres de Távora); Sta. Maria do Tesouro (fundada, em 1302, pelo bispo D. Vasco Martins de Alvelos); Sta. Catarina (fundada, em 1317, pelo bispo de Évora D. Geraldo Domingues); e S. João (reestruturada, em 1342, por D. Guiomar de Berredo). Para além destas, identificamos ainda as capelas de S. Sebastião ou dos Reis, desde finais do século XII; S. Lourenço, em 1316; S. Miguel, em 1351; Sta. Margarida, em 1364; S. Brás, em 1386; Sta. Luzia, em 1414; e S. Nicolau, em 1418. No claustro existiram ainda as capelas de Sto. Antão (1344) e de Sta. Cruz (1467) (A. SARAIVA, ob. cit., II, docs. 10, 13, 7-II, 54, 59, 8-II, 178, 190, 208; e TT, Prazos, m. 1, n. 65; m. 2, n. 9; m. 3, n. 33; m. 9, n. 31; Testamentos, m. 3, n. 22; Autos Cíveis, m. 2, n. 24).

⁴⁰ Sabemos, por exemplo, que D. Guiomar de Berredo, neta bastarda de Afonso III, fora sepultada na capela de S. João, no túmulo que aí mandara fazer “com a mha figura em cima e com as outras de redor”, a qual capela, entre alguns adornos e jóias, deveria ser decorada com uma “gradizela de ferro com sa fechadura”. Ao desaparecimento deste como de todos os outros exemplares da tumulária medieval da catedral, podemos também acrescentar a quase total ausência de notícias sobre os túmulos dos bispos lamecenses sepultados na Sé. Um caso porém confirma a regra, o de D. Frei Salvado Martins, falecido em 1349, cujo túmulo teve lugar, até aos inícios do século XVIII, debaixo do arco da parede da capela de S. Sebastião (A. SARAIVA, ob. cit., I, pp. 87-8 e II, doc. 178).

⁴¹ *Idem, ibidem*, I, pp. 150-1.

Ñaparte norte localizava-se, tal como hoje, o claustro. Tratava-se do espaço privilegiado da vida capitular, ao ser o local eleito dos cónegos para a redacção da maior parte dos seus escritos, situando-se também aí a casa do cabido. Antes de meados do século XIV (entre 1332-1342), todo este recinto foi renovado e ampliado, tendo sido doados para o efeito, pelo bispo D. Frei Salvado Martins, os terrenos que lhe estavam anexos e até aí ocupados por um antigo celeiro⁴². Pouco tempo após esta intervenção, surgem as primeiras notícias do aproveitamento do claustro para a prática de sepultamentos, assim como de aí se situar a capela de Santo Antão⁴³. Essa mesma capela, setenta anos depois, em Julho de 1414, acolheu a reunião capitular (por a casa do cabido estar “ribada”)⁴⁴, tendo também dado o nome à porta que do claustro dava acesso para a Praça da Sé e para o poço que aí existia⁴⁵.

Nesta praça, a nascente, nos terrenos traseiros da catedral, situavam-se as dependências do bispo, nomeadamente uma adega e um moinho de azeite⁴⁶, onde julgamos ter-se localizado o paço episcopal, próximo se não no mesmo local, onde, mais tarde, nos finais do século XVIII, foi erigida uma majestosa

⁴² Tudo leva a crer que o grosso das obras tenha sido realizado, pelo menos, entre 1332 (31, Jul.), aquando da doação do terreno, e 1342 (16, Abr.), momento em que os cónegos dizem reunir-se em cabido “na casa nova”, que sabemos situar-se nesse espaço. Porém os trabalhos na Sé prolongar-se-iam para além desta data, a avaliar por um outro documento, de 1346 (27, Jun.), em que o mesmo prelado acorda com o cabido uma melhor gestão dos bens afectos à fábrica da igreja, para que nela se fizessem “boa obra e ornamentos”: A. SARAIVA, *ob. cit.*, II, docs. 135, 177 e 197. Para o período anterior a estas intervenções, a única referência que documenta a realização efectiva de trabalhos na Sé, remete-nos para o ano de 1293 e para o pedreiro Geraldo Mendes “mestre da obra de Lamego” (TT, Doações, m. 2, n. 13).

⁴³ A carta episcopal de doação dos terrenos para a ampliação do claustro prevê a utilização deste espaço para sepultamentos: “aa honra e serviço de Deus e de Sancta Maria sa madre e a proveyto dos vivos e dos mortos” (vid. nota anterior). Domingas de Penude, em 1344, manda sepultar-se na capela de Santo Antão; vontade reiterada, em 1348, pelo cavaleiro Gonçalo Homem e pela sua mulher Guiomar Esteves (A. SARAIVA, *ob. cit.*, II, docs. 190 e 208). Anos mais tarde, em 1393, é a vez de João Fernandes e Maria Gonçalves, moradores no Couto da Sé, pedirem que a canónica lhes faça “dous jazigos na dicta crasta pera dous muimentos” (TT, Testamentos, m. 2, n. 33).

⁴⁴ 1414 (19, Jul.) (TT, Prazos, m. 9, n. 16). Apartir de 1467 (12, Dez.) o cabido de Lamego reúne-se na “capela de Santa Cruz”, também situada no claustro (TT, Autos Cíveis, m. 2, n. 24).

⁴⁵ Referida como “porta da See travessa que he chamada de Santo Antão junto com o poço”, em 1417 (25, Dez.) e 1426 (11, Jul.) (TT, Autos Cíveis, m. 2, n. 7, 12, 13). Presumimos situar-se no claustro não só por aí existir uma capela com esse nome, mas também por a porta “travessa” dar para a praça onde está o poço, o que corresponde ao lado norte do claustro.

⁴⁶ Conforme revela D. Frei Salvado, na doação ao cabido dos terrenos para o novo claustro, ao exigir que “fique caminho aberto em no dicto tereno asy como esta per que posam hir pera a nosa adega e pera o muynho do azeyte com bestas caregadas”, vid. nota 42.

residência para os prelados⁴⁷. Do antigo edifício medieval, embora a sua existência se documente a partir de 1309⁴⁸, nada mais sabemos, o mesmo acontecendo com as residências das dignidades do cabido, como o deão, o chantre e o tesoureiro, que presumimos terem-se situado, pelo menos a partir dos finais do século XIV, perto do paço episcopal, também por detrás da Sé.

Na verdade, embora a grande parte dos cónegos e clérigos vivesse, como veremos, em casas de propriedade da Sé, situadas em áreas preferenciais, estes estavam dependentes da disponibilidade do mercado. Factor a que não deveriam estar sujeitas as principais dignidades da canónica, que teriam locais específicos de morada, como deixam entrever as referências encontradas à rua do Deado, situada nas traseiras da Sé⁴⁹, por certo próxima da residência do bispo. Aí, por entre casas do cabido, dos clérigos do coro e do tesourado, encontramos, em 1417, o paço do “daiado”⁵⁰, devendo também ter-se situado nesse local a casa do chantrado, que, em 1474, foi mandada refazer com diversas divisões e duas torres, uma delas com dois sobrados⁵¹.

Estes indicadores permitem-nos ter já uma primeira percepção da forma como o clero catedralício ocupou e organizou hierarquicamente o espaço envolvente da catedral. Mas percorramos ainda com mais detalhe a tessitura urbana da cidade, no caso particular do Couto, e vejamos como a igreja dominava e organizava o espaço à sua volta⁵².

Como seria de esperar, a maior parte do seu património urbano, constituído por casas associadas a pequenos quintais traseiros (denominados de “eixidos”), situava-se no Couto, sendo a sua exploração entregue quer a particulares, quer aos membros da canónica, de acordo com uma determinada distribuição social

⁴⁷ Construída por iniciativa do bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira (M. G. COSTA, ob. cit., V, Lamego, 1986, pp. 372-3).

⁴⁸ A. SARAIVA, ob. cit., II, doc. 36. Em 1472, existia por trás do paço um caminho público que ia para os pelâmes da ribeira de Coura (TT, Prazos, m. 14, n. 22).

⁴⁹ A primeira notícia é de 1410 (28, Mar.) (TT, Prazos, m. 8, n. 18).

⁵⁰ 1417 (16, Jan.) (TT, Testamentos, m. 3, n. 21). O qual já poderia existir em 1395 (4, Jan.), altura em que aí se identificam as “casas do deado” (TT, Prazos, m. 5, n. 56). Para o período anterior a estas referências pouco se sabe, além de umas casas na rua de Palhais, situada nas imediações da rua do Deado, servirem de morada ao deão Antoninho Esteves, entre 1348 e 1351 (A. SARAIVA, ob. cit., I, p. 246; e TT, Prazos, m. 1, n. 64).

⁵¹ No contrato celebrado entre o chantre João Eanes e o pedreiro de Vila Real, Pedro Garcia, este fica obrigado a construir, num ano, as casas do chantrado, recebendo para o efeito 30 mil reais brancos e 600 carros de pedra (TT, Livro de notas, n. 169, fis. 101-101 v).

⁵² Da toponímia recolhida respeitante a esta área da cidade, apenas não conseguimos localizar a “rua dos Mercadores”, onde foi lavrado um empraçamento, em 1357; e a “rua do Eiro”, onde o cabido tinha umas casas empraçadas, em 1433 (TT, Prazos, m. 1, n. 68; m. 5, n. 57).

e funcional. E é nesse sentido que se percebe, tal como aferimos no caso da rua do Deado, uma tendência para o arruamento da clerezia, concentrada preferencialmente na vetusta rua da Pereira⁵³, no espaço entre esta rua e a rua Sapateira⁵⁴, que se prolongava para o castelo, e na rua de Palhais⁵⁵, vizinha da rua do Deado. Contrariamente, esta presença eclesiástica já se tomava mais difusa na área comercial do Couto, compreendida pela ma Sapateira, a Praça e o espaço diante da porta principal da catedral, bem como à medida que nos afastávamos para áreas menos urbanizadas do arrabalde, no sentido do Porto Cavalari⁵⁶ ou das mas do Outeiro⁵⁷ e da Comedoura⁵⁸, não tendo qualquer expressão no burgo concelhio, onde, como veremos, a canónica também marcava posição no mercado da propriedade.

Tendo em conta esta geografia patrimonial e residencial, é-nos assim possível aferir que as “mas de elite” do Couto de Lamego, por onde se tende a agmpar o elenco dos cónegos, raçoeiros, clérigos e abades, bem como a respectiva *entourage* de criados, serviçais e mancebas, correspondiam às mas situadas em tomo da catedral ou que a partir dela irradiavam (como o caso da ma da Pereira), constituindo um denominador comum o facto de serem adjacentes ao principal eixo de circulação⁵⁹. Tendência que, com poucas cambiantes, se regista nas demais cidades episcopais, como Braga, Porto, Guarda, Coimbra e Évora⁶⁰.

⁵³ A ma da Pereira é das artérias mais antigas de Lamego, sendo o primeiro topónimo urbano a aparecer mencionado na documentação, em 1192 (TT, Doações, m. 1, n. 4). Desde logo em associação ao facto de aí a clerezia ter as suas casas e fazer delas local de habitação (TT, Compras, m. 2, n. 4; m. 3, n. 27, 28; Prazos, m. 1, n. 2, 63; m. 2, n. 6, 8, 9, 15, 22, 43; m. 3, n. 16; m. 4, n. 14, 27; m. 5, n. 28; m. 6, n. 8, 14, 16; m. 7, n. 4, 13; m. 8, n. 6D; m. 10, n. 19, 29, 36; m. 11, n. 9; Doações, m. 5, n. 5; m. 8, n. 6; Testamentos, m. 4, n. 17, 33; m. 5, n. 6; Livro de notas, n. 169, fl. 125v; e A. SARAIVA, ob. cit., II, does. 19, 166 e 167).

⁵⁴ TT, Prazos, m. 2, n. 8, 41; m. 3, n. 10; m. 4, n. 11; m. 5, n. 66; m. 6, n. 31; m. 7, n. 11; m. 8, n. 6c, 6e, 8; m. 10, n. 5, 25, 45; Sentenças, m. 6, n. 14; Testamentos, m. 3, n. 22, 25; m. 5, n. 9.

⁵⁵ A primeira referência a esta ma é de 1330 (15, Jul.) (A. SARAIVA, ob. cit., II, doc. 125; e TT, Prazos, m. 1, n. 64, 65, 76; m. 20, n. 3).

⁵⁶ TT, Compras, m. 1, n. 10; Prazos, m. 3, n. 22, 30; m. 4, n. 12; m. 5, n. 2, 40, 46; m. 7, n. 34.

⁵⁷ TT, Compras, m. 5, n. 35; Prazos, m. 1, n. 6, 74; m. 3, n. 3; m. 5, n. 22, 25, 43; m. 9, n. 31; m. 10, n. 6, 49; m. 11, n. 13, 31; Testamentos, m. 3, n. 16, 17.

⁵⁸ TT, Compras, m. 2, n. 12b; m. 3, n. 25; Doações, m. 4, n. 21; Prazos, m. 2, n. 32; m. 3, n. 26, 35, 36; m. 4, n. 37, 47; m. 5, n. 10; m. 7, n. 7, 33; m. 9, n. 25, 27; m. 11, n. 36, 37; Testamentos, m. 3, n. 26.

⁵⁹ Entre a clerezia da ma da Pereira habitavam outros membros de profissões de prestígio como o físico Mestre João (1338) e o cirurgião Mestre Antão (1447) (A. SARAIVA, ob. cit., II, doc. 166; e TT, Prazos, m. 8, n. 6g).

⁶⁰ A. M. COSTA, “A propriedade e o poder...”, p. 28; M. C. FERREIRA, *Os bens...*, Braga, 2000; R. C. GOMES, *A Guarda...*, pp. 117-20; e M. Â. BEIRANTE, *Évora...*, pp. 65-6.

Particularmente dinamizadas por aquele trajecto viário que atravessava a cidade eram a rua Sapateira e a Praça da Sé, locais onde mais se fazia notar a presença dos homens dos ofícios, como os sapateiros, alfaiates e barbeiros⁶¹, encontrando-se também aí mercadores e ourives⁶², a par dos tabeliães e notários⁶³. Este espaço constituía o centro nevrálgico da sociabilidade e das actividades produtiva e comercial do Couto, vitalizado quer pelo mercado e feira que aí se realizavam⁶⁴, quer pelas casas e tendas situadas a par das portas da Sé e no alpendre da praça, que o cabido emprazava a barbeiros, mas também a boticários, almocreves⁶⁵ e bufões⁶⁶. Era também neste alpendre fronteiro à entrada da catedral (cuja existência se regista desde inícios do século XIV⁶⁷) que se lavrava, pelo punho dos notários da Sé, todo o tipo de documentos relacionados com o quotidiano das gentes deste lado da cidade⁶⁸. Alpendre também ele repleto de simbolismo, por servir de cenário às reuniões do concelho do Couto, onde perante o juiz e as restantes autoridades eclesiásticas se dirimiam

⁶¹ TT, Prazos, m. 2, n. 17,41; m. 4, n. 24,35; m. 6, n. 23; m. 7, n. 32; m. 10, n. 5; Testamentos, m. 3, n. 22.

⁶² Nas casas do cabido da rua Sapateira moraram os mercadores Lourenço Gonçalves (1415-1416) e Estêvão Lourenço (1422) (TT - Prazos, m. 3, n. 10; m. 10, n. 6; Sentenças, m. 6, n. 14); bem como, os ourives Gonçalo Afonso (1446-1448) e Vasco Eanes (1473) (TT - Prazos, m. 8, n. 6b; m. 8, n. 8; Livros de notas, n. 169, fl. 21v). Esta tendência dos grupos profissionais de maior prestígio (outrossim físicos e cirurgiões, como vimos no caso da rua da Pereira), em se fixarem nas artérias mais nobres das cidades, não se deve apenas a questões de natureza económica e comercial, mas também a uma estratégia de domínio e afirmação social (F. T. BARATA e H. VILAR, “Os protegidos de Mercúrio: em tomo de famílias e fortunas de mercadores no Portugal medieval”, in *4 Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, II, Lisboa, 1993, pp. 129-47).

⁶³ TT, Prazos, m. 3, n. 20; m. 10, n. 25. Sobre a residência destes homens da escrita em Lamego A. SARAIVA, “Tabeliães e notários de Lamego...”, *Humanitas*, 50 (1998), p. 599.

⁶⁴ Desde o tempo de Sancho I que o Couto da Sé tinha o privilégio de fazer vendas na praça da Sé, o qual fora reiterado por Afonso III, em 1271 (TT, Doações, m. 2, n. 2). Sabe-se que, em 1332, esse mercado passou a realizar-se às segundas-feiras, em vez dos domingos como até aí era costume. Por outro lado, no dia 15 de Agosto tinha lugar a feira anual, pela festa da Assunção de Nossa Senhora (TT, Doações, m. 2, n. 5; Sentenças, m. 4, n. 6, 23; e M. G. COSTA, ob. cit., I, pp. 519-20).

⁶⁵ TT, Prazos, m. 7, n. 32; m. 10, n. 44; e A. SARAIVA, *A Sé de Lamego...*, II, doc. 210.

⁶⁶ Estes pagavam a renda ao cabido em incenso (A. SARAIVA, ob. cit., II, docs. 64 e 110). Às actividades artesanal e comercial dedicavam-se também outros mesteirais moradores do Couto da Sé: carnicheiros, peixeiros, peliteiros e penteeiros *idem, ibidem*, II, docs. 62, 66, 69, 75, 76, 78, 79, 93 107, 122a e 166).

⁶⁷ *Idem, ibidem*, II, docs. 106 e 123. Em Évora também existia um alpendre no adro da Sé da propriedade da igreja, no qual se reunia o concelho (M. Â. BEIRANTE, *Évora...*, p. 65).

⁶⁸ A. SARAIVA, ob. cit., II, docs. 123 e 130; e TT, Prazos, m. 6, n. 1; Sentenças, m. 4, n. 20; Testamentos, m. 3, n. 18; m. 4, n. 8, 10, 27; m. 5, n. 2, 3; Livro de notas, n. 169, fl. 86.

contendas e fazia justiça, atentamente escutadas pelas gentes que cruzavam a catedral no decurso dos seus afazeres diários⁶⁹.

Mas, a inserção urbana da igreja lamecense não se limitava à sua área de influência jurisdicional. Os seus interesses patrimoniais prolongavam-se pelo burgo concelhio, centrando-se, em particular, nas zonas mais privilegiadas desta parte da cidade. Referimo-nos ao Castelo, à rua Sapateira e, a partir dos finais do século XIV, à judiaria.

Efectivamente, quer o Castelo, quer a rua Sapateira eram pontos estratégicos de passagem, funcionando esta última via como elo de comunicação entre o Burgo e o Couto. No interior do perímetro amuralhado, as casas da canónica distribuíam-se ao longo da rua que o atravessava, assim como pelas imediações das duas portas que lhe davam acesso: a Porta do Sol, virada a sul e a Porta principal de entrada no Castelo (mais tarde Porta da Vila ou dos Fogos), situada a norte⁷⁰ (fig. 2).

Como o próprio nome indica, esta última porta tinha uma importância acrescida, por estar situada fronteira à praça da cidade, onde, em contraponto ao que se realizava no Couto, tinham lugar o mercado semanal e a feira anual do burgo de Lamego⁷¹. A isto se acrescenta também o facto de existir, nas suas cercanias, uma árvore (um lódão ou “ladoeiro”), cuja dimensão deveria causar tal impacto que servia de referência ao sítio de reunião do concelho⁷², local

⁶⁹ TT, Sentenças, m. 4, n. 20; Testamentos, m. 2, n. 2.

⁷⁰ Ainda dentro da muralha encontra-se (noticiada a partir dos inícios do século XV, mas com certeza já existindo anteriormente) a rua da Cisterna, paralela à rua do Castelo, tendo o cabido nessa rua apenas duas casas, em 1416 e 1420 (TT, Testamentos, m. 3, n. 20; Prazos, m. 11, n. 29). Porta do Sol (TT, Prazos, m. 4, n. 41b; m. 5, n. 13, 31; m. 8, n. 6h, 25; m. 9, n. 14; m. 11, n. 11); e Ruado Castelo (TT, Compras, m. 5, n. 54; Prazos, m. 3, n. 18; m. 5, n. 31; m. 7, n. 23).

⁷¹ Este espaço era também chamado “ressio da feira”, como aparece indicado em 1485 (TT, Doações, m. 8, n. 22). Por carta de D. Dinis, de 1290 (6, Jul.), o concelho de Lamego é autorizado a fazer o seu mercado aos domingos, hábito alterado em 1332, quando Afonso IV, em resposta às reclamações do bispo, transfere para as segundas-feiras a realização da “feira” semanal, quer no Castelo quer no Couto. Paralelamente, a feira anual do Castelo de Lamego, instituída por D. Dinis, em 1292 (10, Jul.), começou por se realizar durante um mês a partir do oitavo dia anterior ao Domingo de Ramos (TT, Chancelaria D. Dinis, L. 2, fl. 36). Calendário alterado pelo mesmo monarca, em 1307 (16, Jun.), para o oitavo dia posterior à festa de S. João (TT, Chancelaria D. Dinis, L. 3, fl. 55 e M. G. COSTA, ob. cit, I, pp. 516-7).

⁷² Esta árvore passou inclusive a integrar a iconografia das armas de Lamego. As referências ao “ladoeiro”, como identificativo do local de realização do concelho, registam-se em 1298, 1349, 1410 e 1413 (A. SARAIVA, ob. cit., II, doc. 5; TT, Doações, m. 6, n. 3; Testamentos, m. 3, n. 8, 13).

onde acabou por se edificar a casa da câmara⁷³ e onde julgamos se poder ter situado a casa dos tabeliães⁷⁴. A este espaço nobre, por vezes, também referido por aí ser feita a venda da fruta⁷⁵, afluíam ainda as ruas da Seara⁷⁶ e do Carvalho⁷⁷, a que veio associar-se, nos finais de Trezentos, um novo e importante núcleo de dinamização, o bairro judaico⁷⁸ (fig. 2).

Entre a praça do concelho, a fonte da Almedina⁷⁹ e o adro da igreja de Almacave começa a formar-se, por volta de 1388, a judiaria, também chamada de “Judiaria da Pedra”⁸⁰, distinguindo-se dessa maneira da “Judiaria Velha” ou “do fundo da cidade” onde, nos finais do século XIII, se terão instalado os primeiros judeus de Lamego, misturados por entre o casario cristão, na zona da Porta do Sol⁸¹.

A passagem para este lado norte deverá, assim, ser entendida num contexto de crescimento da comunidade judia da cidade, a qual terá aliado a procura de um espaço específico para se poder arruar à necessidade de uma boa localização

⁷³ A primeira alusão ao “paço do concelho” data de 1357 (27, Jun.) (TT, Sentenças, m. 1, n. 16), o que não significa que o mesmo já não existisse, tanto mais, em 1317 (6, Abr.), os oficiais de Lamego já dizem reunir-se “no concelho ao balcão” (A. SARAIVA, ob. cit., II, doc. 58; e J. AZEVEDO, *Historia eclesiástica...*, p. 124).

⁷⁴ O paço ou audiência dos tabeliães aparece pela primeira vez documentado em 1319 (A. SARAIVA, “Tabeliães...”, p. 599).

⁷⁵ “Apar da porta onde vendem a fruta”, 1350 e 1375 (TT, Prazos, m. 1, n. 38; m. 2, n. 38).

⁷⁶ A Seara, à semelhança da rua da Pereira, no couto da Sé, é dos topónimos mais antigos de Lamego, havendo dele notícia a partir de 1208 (TT, Compras, m. 4, n. 4; m. 5, n. 19; Prazos, m. 3, n. 38, m. 11, n. 35; Sentenças, m. 4, n. 8; Testamentos, m. 2, n. 6; m. 3, n. 18; m. 4, n. 23; m. 5, n. 2, 7).

⁷⁷ A rua do Carvalho dava, por sua vez, acesso ao Campo do Tablado ou “Tavolado”, 1485 (TT, Doações, m. 8, n. 22; Prazos, m. 10, n. 40).

⁷⁸ Atente-se ao facto de todas as cidades episcopais portuguesas acolherem uma judiaria, cfr. a cartografia das comunas judaicas até 1325: S. GOMES, “Grupos étnico-religiosos...”, p. 361.

⁷⁹ Aí também existia uma ponte onde passava o chamado “ribeiro merdeiro” (1298), A. SARAIVA, *A Sé de Lamego...*, II, doc. 2-II; e TT, Prazos, m. 5, n. 9.

⁸⁰ *jj c_{om}P_{ras}? m n ig Em j388 (4 e 30, Abr.)*, Estêvão Lourenço empraza ao ferreiro Mousem, filho do ferreiro Judas, e a Abraão Toledano e a sua mulher Mira, um chão “contra a Judiaria” e um campo na “Judiaria da Pedra”, respectivamente, com a condição de aí serem feitas casas em dois anos (TT, Prazos, m. 4, n. 3, 10).

⁸¹ As notícias da presença semita em Lamego são inauguradas com o nome do judeu “Bagaço”, proprietário de casas na Porta do Castelo, mais tarde compradas pelo cônego Pedro Peres de Távoras, que as afectou, em 1300, à sua capela na Sé. Além deste nome e até 1388, apenas voltamos a encontrar judeus em Lamego, em 1323 e 1325, referimo-nos a Abraão de Vila Real e a Arão, filho de Samuel (A. SARAIVA, ob. cit., II, docs. 13, 122, 122A, 122B). Ainda sobre a localização da judiaria e as primeiras referências de judeus na cidade, cfr. S. GOMES, ob. cit., p. 353 e M. G. COSTA, ob. cit., I, pp. 460-8.

para melhor desenvolver as actividades artesanal e comercial a que grande parte dos seus membros se dedicava⁸². Isso mesmo atesta o número crescente de judeus que, a partir dos finais do século XIV, são identificados como moradores neste lugar, alguns exercendo profissões como a de tintureiro, ferreiro, ourives e físico, outros revelando ainda, pela onomástica, a sua proveniência castelhana, nomeadamente da cidade de Toledo⁸³.

Note-se, todavia, que apesar de bem localizado, este quarteirão judaico não deixou de constituir uma franja “marginal” do tecido urbano de Lamego, facto tanto mais reforçado por nas suas imediações, no sentido do campo do Tablado, se ter instalado a mancebia da cidade⁸⁴. Pormenor que, de todo, não fez retrair a catedral de Lamego de participar neste processo de alargamento da malha cidadina, na procura de uma fonte segura e rendosa de proventos, através da posse, nesta área, de habitações dadas a emprazar na sua maioria a famílias judias⁸⁵.

Esta importante presença patrimonial da canónica, um pouco por todo o sector concelhio de Lamego⁸⁶, não conseguiu, porém, alterar a tendência da clerezia da Sé em fixar a sua residência apenas no Couto. Regra confirmada pela única excepção encontrada e que nos remete, curiosamente, para a judiaria, onde, em 1470, habitava o cônego João de Resende. Com efeito, foi neste lugar (“estando a jazer na sua cama”) que ditou o seu testamento, pelo qual deixou ao cabido essas suas moradas, compostas por várias dependências, que, por sua vez, confrontavam com outras casas da propriedade do cônego, ocupadas por judeus⁸⁷.

⁸² Desconhecemos se a Sé de Lamego teve algum papel na transferência da judiaria, à semelhança do que fizera o cabido de Braga, em meados de Quatrocentos (J. MARQUES, “AS judiarias de Braga e de Guimarães no século XV”, in *Xudeus e Conversos na Historia. Congreso Internacional*, Actas, II, Compostela, 1994, pp. 351-63.

⁸³ Como deverá ser o caso de Abraão Toledão ou Toledano (TT, Prazos, m. 4, n. 10,38; m. 5, n. 45; m. 11, n. 4; m. 14, n. 17; m. 15, n. 23; Testamentos, m. 4, n. 37; Livro de notas, n. 169, fis. lv, llv, 27v, 38, 49v, 78, 95, 99, 106, 122v, 127, 139v). Sobre a inserção urbana destas comunidades e as características gerais, S. GOMES, “Os judeus de Leiria medieval...”, *Revista Portuguesa de História*, 28 (1993), pp. 1-32; *idem*, *A comunidade judaica de Coimbra medieval*, Coimbra, 2003; *idem*, “Grupos étnico-religiosos...”, pp. 347 e ss.

⁸⁴ M. G. COSTA, ob. cit., I, p. 453. Como nos diz R. C. GOMES, ob. cit., p.57, era comum encontrar as mancebias nas proximidades das judiarias, como também acontecia na Guarda e em Lisboa.

⁸⁵ A Sé não era a única, também a colegiada de Almacave aí tinha interesses imobiliários (TT, Prazos, m. 4, n. 10; m. 10, n. 37).

⁸⁶ Esta dispersão do património urbano é também comum nas demais catedrais, por exemplo, Braga, Porto, Guarda e Évora, vid. nota 22.

⁸⁷ 1470 (16, Maio) (TT, Testamentos, m. 4, n. 37). Esta casa, composta por loja, casa dianteira e câmaras, fora comprada por João de Resende no mês anterior (25, Abr.) a Garcia Coelho e a Senhorinha do Rego (TT, Compras, m. 4, n. 15). Curiosamente, meses depois do testamento deste cônego, por certo depois de morrer, o cabido dá posse delas a outro cônego, de nome João Eanes, pelo foro de 6 libras ano.

Este exemplo, além de nos remeter para a forma como uma área com características muito próprias, como a judiaria, era partilhada e administrada pela catedral, leva-nos também a estar atento a outras questões, como a da intervenção da Sé na paisagem urbana de Lamego, no tocante à composição da propriedade e ao tipo de preocupações demonstradas na conservação e melhoramento das suas casas, uma vez que é esta a matriz patrimonial dominante.

Do conjunto dos contratos de emprazamento celebrados pela canónica ficamos também a perceber que se tratavam, na sua maioria, de casas térreas associadas a quintais (*eixidos*)⁸⁸. Particularidade ainda mais notada pelo facto de, quando se referiam a casas sobradadas (ou seja, a casa térrea mais um piso), este aspecto aparecer sempre bem evidenciado, como que a reforçar uma característica, que em Lamego, pelo menos até finais do século XIV, seria ainda pouco comum^{88 89}. Com efeito, é a partir desta data e no decorrer do século XV que se assiste a alguma preocupação do cabido em mandar altear com um sobrado as suas casas, tarefa de que ficavam responsáveis os locatários, por um período que, de caso para caso, oscilava entre os 2 e os 5 anos⁹⁰. Foi um fenómeno que aconteceu um pouco por toda a cidade, quer no Burgo, quer no Couto, notando-se uma maior incidência no Castelo⁹¹ e na rua Sapateira⁹², o que se pode explicar não só por serem locais que integravam o principal eixo estratégico urbano de circulação, mas também pelas contingências da limitação do espaço entre muralhas e pelo dinamismo comercial da rua Sapateira. Eram por isso locais onde o alteamento se justificaria por razões demográficas⁹³ e lucrativas⁹⁴.

⁸⁸ Casa térrea ou com um sobrado era a regra nas vilas e cidades do interior do país, ao passo que nas mais dinâmicas do litoral (Lisboa, Porto, Coimbra) já existiam casas de três pisos, embora na maioria não excedessem dois pisos, vid. L. TRINDADE, *A casa...*, pp. 38 e ss.

⁸⁹ Por exemplo: “casas sobradadas e térreas com seu eixido e árvores”, “casas e adega sobradadas”, “casas sobradadas com eixido”, ou então “casa torre que é adega sobradada” (TT, Prazos, m. 3, n. 20; m. 10, n. 29, 36; m. 11, n. 5; Testamentos, m. 4, n. 17).

⁹⁰ TT, Prazos, m. 3, n. 10, 18; m. 5, n. 2, 43, 64; m. 6, n. 16; m. 8, n. 6c, 25; m. 9, n. 13; m. 10, n. 49. Em 1473, o cabido não se fez rogado e por um particular não ter cumprido o prazo de execução dos melhoramentos a que estava obrigado, suspendeu-lhe o emprazamento (TT, Livro de notas, n. 169, fl. 4v).

⁹¹ TT, Prazos, m. 3, n. 18; m. 8, n. 25; m. 9, n. 13.

⁹² TT, Prazos, m. 3, n. 10; m. 4, n. 11; m. 8, n. 6c, 8.

⁹³ Apesar do século XIV ter trazido a Lamego a diminuição da sua população, tudo indica que a “tranquilidade” da centúria seguinte tenha contribuído para a recuperação económica e demográfica da cidade. Na verdade, foram desastrosos os efeitos da Peste Negra e das suas recorrências (vid. notas 99 e 100), a que se associou a instabilidade do período femandino e da crise de 1383-1385. Por exemplo, no decorrer da terceira guerra femandina, o monarca, respondendo aos apelos da catedral e do concelho de Lamego, ordenara aos moradores dos

A par desta preocupação no aumento físico do espaço habitacional, não raras eram as vezes em que a canónica, zelosa na valorização do seu património, obrigava os ocupantes das casas a providenciarem a respectiva conservação e embelezamento, mantendo-as, como diziam “de madeira, telha e pedra”⁹⁴ ⁹⁵, exigindo mesmo, em algumas circunstâncias, a reparação de frontarias e a feitura de balcões sobre a rua⁹⁶. Mas, casos houve também em que estas benfeitorias deram origem a contendas entre os proprietários, como ficou relatado numa sentença judicial em que os cónegos se queixavam dos clérigos do coro da Sé, por estes terem mandado fazer, numas suas casas perto da catedral, duas janelas e um tabuado com balcão, violando a privacidade da casa vizinha do cabido, ficando então os prevaricadores obrigados a construir uma parede entre as duas habitações⁹⁷.

Mas se esta querela, ocorrida em meados do século XV, ficou a dever-se ao espírito empreendedor e construtivo que então a catedral imprimiu à cidade, animada por uma maior vitalidade demográfica e económica, longe iam os tempos em que esta mesma instituição fora obrigada a consentir na queima e destruição das suas casas⁹⁸. Na verdade, Lamego foi particularmente fustigada

coutos da Sé espalhados pela diocese que, com as suas mulheres e filhos, se reunissem em Lamego e aí estivessem durante o conflito, por quanto a cidade estava “menguada de gentes”, sendo “muito mester pera a ajudare a vellar e rolldar”, 1381 (25, Nov.) (TT, Doações, m. 3, n. 18). A corroborar os indicadores da recuperação demográfica de Lamego nos anos a que se seguiram, além do referido fenómeno do alteamento das casas, está a construção de raiz de novas habitações, algumas aproveitando, com a respectiva anuência régia, os muros da cerca do castelo (J. G. MONTEIRO, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, 1998, p. 151).

⁹⁴ Sobre a problemática do alteamento, cfr. L. TRINDADE, ob. cit., pp. 38-40.

⁹⁵ (jj, Prazos, m. 9, n. 9, 12, 30; m. 10, n. 25; m. 11, n. 36). Em 1317 o cabido, num escambo de umas casas no Castelo por outras na rua Sapateira (Couto da Sé), recebe dos proprietários “tavoas e madeira e pregadura quanta avondar pera fazer o sobrado na dicta casa e derom-nos dos morabitos pera ajuda do dicto sobrado”; pormenor que, além de mostrar a existência de casas sobradadas antes dos finais de Trezentos, põe em evidência o interesse da catedral em investir na rua Sapateira e em aí valorizar os seus imóveis (A. SARAIVA, *A Sé de Lamego...*, II, doc. 60).

⁹⁶ Como exemplo, atente-se no caso de uma casa com eixido em que o cabido exige a Vicente Domingues, prior e clérigo de Gonçalo Vasques Coutinho, que em quatro anos a sobradasse com “taboados, faça um balcão em cima da rua e alçar a casa o que puder”, 1395 (18, Set.); exigindo também ao meio-cónego João Eanes, que numas casas da rua Sapateira, nos dois primeiros anos, reforçasse uma parede, que dava para a casa dos coreiros, e refizesse o frontal, fazendo um sobrado em outros dois anos, 1447 (18, Dez.) (TT, Prazos, m. 5, n. 64; m. 8, n. 6c).

⁹⁷ 1442 (TT, Sentenças, m. 3, n. 24).

⁹⁸ A madeira por ser o material de construção dominante facilitava a execução de medidas drásticas deste género, para além de ser uma das principais razões dos frequentes incêndios que afligiam o quotidiano das nossas vilas e cidades (L. TRINDADE, ob. cit., pp. 89-90).

pelos surtos de peste que, de um modo recorrente, afligiram o reino a partir de meados do século XIV". A Peste Negra de 1348 marcou fortemente a história da cidade, que viu morrer a par da sua população, o bispo e a grande maioria dos cónegos^{99 100}, mas os surtos que se fizeram sentir nos anos subsequentes, em particular nos de 1361-1363, não terão causado efeitos menores, pelo menos a avaliar pelas consequências materiais. Tudo leva a crer ter sido na sequência deste contexto, e como precaução sanitária, que foram incendiadas algumas casas e adegas nas imediações da Sé, entre a rua da Pereira e a rua Sapateira, como denuncia o cabido nos contratos que, em 1364, faz destas mesmas propriedades, visando a sua reconstrução¹⁰¹.

Conclusão

A condição de sede diocesana e o poder dinamizador da Sé no tecido urbano revelaram-se factores fundamentais para que Lamego assumisse um estatuto próprio, não só no âmbito da geografia eclesiástica, mas também no contexto da rede urbana do reino. Estatuto que mesmo assim não lhe permitiu garantir um lugar cimeiro no elenco das mais importantes cidades episcopais, apesar da dinâmica que a catedral desde cedo lhe imprimiu. O complexo catedralício marcou sobremaneira a morfologia urbana de Lamego, exercendo um maior poder ordenador no espaço que o envolvia. Uma das consequências mais visíveis desta influência foi, sem dúvida, a constituição do Couto da Sé, que, por seu turno, veio reforçar funcional e socialmente a polarização em que assentava o tecido urbano da cidade, associando ao núcleo defensivo do castelo e ao seu arrabalde comercial um outro espaço afecto exclusivamente à jurisdição da catedral.

⁹⁹ A. SOUSA, "A Peste Negra", in *História de Portugal*, II, Lisboa, 1992, pp. 340-2; e A. H. MARQUES, "A População", in *Portugal nas Crises dos Séculos XIVe XV*, pp. 20 e ss.

¹⁰⁰ Calcula-se que, em consequência da Peste de 1348-49, a Sé tenha perdido dois terços dos cónegos, a quase totalidade dos raçoeiros e um terço dos clérigos do coro (A. SARAIVA, ob. cit., I, pp. 177-8).

¹⁰¹ Em 1364 (10, Jun.) a canónica empraça, neste local, ao cónego Gonçalo Pinhel uma adegas "que ardeu na queima que se fez em Lamego" e uma casa que "foy destroyda no tempo da dieta queyma" com a condição de serem reconstruídas. Dois dias depois é a vez do cónego Femão Martins receber em emprazamento um pardieiro, que fora uma adegas "que ardeu na queyma que se fez em Lamego", situado na rua que vai para a Pereira, devendo-a também refazer com parede e sobrado (TT, Prazos, m. 2, n. 8, 9). Esta condição pode não ter sido cumprida, uma vez que, em 1377, este mesmo pardieiro é de novo emprazado com vista à sua reconstrução, a fazer em apenas um ano (TT, Prazos, m. 2, n. 43). Nos anos subsequentes, em 1388 e 1393, continuam a fazer-se emprazamentos de terrenos e outros pardieiros na rua Sapateira, com a condição de neles serem construídas casas (TT, Prazos, m. 4, n. 11; m. 5, n. 13).

A forma como a Sé ocupou o espaço à sua volta denota uma clara hierarquia funcional, ao situarem-se aí os edifícios episcopais e as habitações das principais dignidades do cabido, secundadas pela restante clerezia catedralícia, que se arruava em artérias próximas da igreja, as quais ficavam, tal como a catedral, adjacentes ao principal eixo de circulação da cidade, onde também tinham lugar os principais polos comerciais igualmente controlados pela canónica.

Esta tendência da igreja intervir em áreas privilegiadas da tessitura urbana da cidade, fez com que, paralelamente, os seus interesses patrimoniais se prolongassem para o burgo concelhio, concentrando-se em locais estratégicos de circulação e de comércio ou onde habitavam grupos étnicos de particular poder económico, como os judeus. A partir dos finais do século XIV, e na sequência de um gradual aumento demográfico a par de uma crescente animação comercial, a canónica expandiu a sua rede patrimonial, não só pelo couto mas também pelo resto da cidade, ao mesmo tempo que levou a cabo uma verdadeira política de valorização através da feitura de melhoramentos e do alteamento das casas, mostrando assim ser a principal entidade responsável pelo perfil e ordenamento do espaço urbano de Lamego medieval.